

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. (“Splice do Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e estabelecida na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 145.

A Companhia é uma holding de instituição não financeira e tem como atividades principais: a participação em outras companhias como sócia ou acionista, locação de aparelhos de radiocomunicação, exploração direta ou indiretamente por meio de controladas, concessões de rodovias federais e estaduais, exploração das atividades educacionais, e exploração das atividades de agronegócios.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 91.898 (prejuízo de R\$ 47.101 em 2021) e capital circulante líquido negativo de R\$ 34.352 (R\$ 28.562 em 2021).

O plano estratégico do Grupo Splice:

Com o impacto da pandemia o grupo ajustara com os recursos de:

- a)** Conjuntamente está aumentando seus esforços no desenvolvimento de tecnologias para dar suporte no crescimento da atividade imobiliária através do desenvolvimento em sua área educacional de produtos atuais de mobilidade urbana bem como atuando no desenvolvimento de produtos a cidades inteligentes
- b)** Visando recompor seu caixa o grupo estuda a alienação de ativos que não estejam mais dentro do foco principal para reduzir dívida e financiar os próximos investimentos;
- c)** Captar recursos de longo prazo através de operações estruturadas, tipo CRI, Sale Lease back, entre outros com os ativos operacionais do Grupo no montante de até R\$ 100.000 para liquidar passivo e financiar o crescimento do Grupo
- d)** Alongamento do passivo bancário, por meios de negociação com todos os bancos parceiros do Grupo que sempre apoiaram o desenvolvimento do Grupo nestes 50 anos de atuação

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 91.898 (prejuízo de R\$ 47.101 em 2021) e capital circulante líquido negativo R\$ 34.330.

Capital circulante líquido negativo da controlada em conjunto BR Vias Holding VRD S.A.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 54.876 (prejuízo de R\$ 44.616 em 2021) e capital circulante líquido negativo R\$ 129.710 (R\$ 294.817 em 2021).

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

Plano estratégico sobre continuidade operacional

Os acionistas manifestam sua ciência a situação mercadológica da Companhia, reiterando que vem empreendendo medidas a fim de regularizar o passivo existente. De toda forma, os acionistas declaram que apesar de todas as medidas em curso para regularização financeira da empresa, caso as mesmas sejam insuficientes, os mesmos realizarão os aportes que forem necessários para continuidade dos negócios.

1.1. Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Após o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarando Emergência de Saúde Pública, ocasionado pelo surto de Covid-19, a Administração passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações.

Desde setembro de 2021, houve uma redução da taxa de transmissão e número de casos, decorrentes da evolução significativa nos níveis de vacinação. Diante do cenário atual, a Companhia continua com as medidas de higienização e fornecimento de álcool em gel; divulgação de campanhas educativas e acompanhamento e controle de vacinação dos colaboradores.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 16 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias as demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas atendendo os requerimentos previsto no parágrafo 4 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, uma vez que, a sua controladora, Tolvi Participações S.A., apresenta as suas demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a posição patrimonial e financeira da Splice do Brasil e de suas controladas. Assim como, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a mesma não está em processo de negociação para arquivamento de suas demonstrações contábeis em bolsa.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 11:** teste de redução ao valor recuperável do ágio do Instituto Newton Paiva: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota Explicativa nº 16:** reconhecimento e mensuração da provisão para perdas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da provisão.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em controladas estão sendo avaliados por equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Ágio

O ágio decorrente de aquisição de negócios é classificado no grupo de investimentos nas demonstrações contábeis da controladora. O ágio é mensurado ao seu valor de custo menos as provisões para perdas por redução do valor recuperável sobre a não recuperação deste ativo (*impairment*), quando aplicável.

Nas mensurações subsequentes, o ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

4.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

i) **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: **(a)** o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **(b)** os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: **(a)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; **(b)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável; **(c)** contrato de garantia financeira; **(d)** compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e **(e)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

ii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) **Impairment de ativos financeiros**

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

v) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

vi) Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

vii) Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

4.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas abaixo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	(%) Depreciação por ano
Edificações e benfeitorias	25 anos	4%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Aparelhos de radar	05 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Microcomputadores	05 anos	20%
Veículos	05 anos	20%

4.3. Intangível

Outros ativos intangíveis

As licenças adquiridas de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, como direito de concessão, e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os exercícios corrente e comparativo, em anos, é a seguinte:

	Anos
Direito de concessão	30
Software	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

4.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para perdas judiciais é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

4.5. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Estes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social a compensar e a pagar não estão apresentados pelo valor líquido, em virtude de serem provenientes empresas controladas distintas, cujos respectivos saldos estão sendo apresentados compensados nas demonstrações contábeis individuais das respectivas empresas.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de Material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; e
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à estrutura conceitual (alterações à IFRS 3);
- Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e bancos	579	134
Total	579	134

7. Aplicações financeiras

	2022	2021
Aplicações financeiras (i)	221	654
Total	221	654

- (i) Aplicação financeira em 2022 é de R\$ 221 (R\$ 654 de 2021), está como garantia de empréstimos, conforme contrato nº 3025217 e nº 3025209 do Banco Safra, e em 2021 contrato 012212219 Banco Bradesco foi totalmente pago liberando aplicação, as aplicações só serão disponibilizadas depois do pagamento total dos empréstimos.

O Fundo BB Amplo, trata-se de investimento em cotas de fundos de renda fixa longo prazo crédito privado.

Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações.

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS e Cofins (i)	2	4.028
PIS e Cofins habilitado (i)	10.380	18.202
IRRF	28	84
Outros	6	3
Total	10.416	18.379
Circulante	1.374	6.001
Não circulante	9.042	12.378

- (i) Em 31 de agosto de 2022 a companhia baixou crédito habilitado de PIS e Cofins dos anos 2014 e 2015 no montante de R\$ 5.070, por ter prescrito, referente ao processo nº 00054399720054036110.

Em agosto de 2019, a Companhia entrou com processo de Habilitação de crédito sob nº 00.14093-39.2006.403.6110 referente ao processo administrativo nº 10855.722148/2019-10 PIS e Cofins. Este processo refere-se ao recolhimento a maior dos tributos PIS no período de janeiro de 2001 a novembro de 2002 e Cofins no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2004, por imposição dos art. 2º e 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo de ambas as contribuições com arrecadação superior ao aplicável, considerando-se toda a receita bruta.

Segue abaixo a movimentação:

Saldo em 01/01/2021	19.192
Crédito prescrito PIS e Cofins	(5.070)
Atualização monetária	572
Compensação	(1.489)
Saldo final em 2021 reapresentado	13.205
Atualização monetária	420
Compensação	(3.245)
Saldo final em 2022	10.380

9. Outros ativos

	2022	2021
Previdência privada	250	250
Despesas antecipadas	-	42
Outros investimentos	22	22
Outros	4	55
Total	276	369

10. Partes relacionadas

Controladora direta e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Santana Participações Ltda., e a controladora final indireta é a Tolvi Participações Ltda., e os controladores finais pessoas físicas são:

- Espólio Alexandre Beldi Netto;
- Antonio Roberto Beldi;
- Marco Antonio Beldi; e
- Antonio Fabio Beldi.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Nos exercícios de 2022 e 2021, não houve pagamentos à Administração.

Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de contratos de mútuos (receber e a pagar), cujas condições são específicas e acordadas entre as partes, conforme demonstrados a seguir:

a) Créditos com partes relacionadas

	2022	2021
Calas Participações S.A.	-	9.357
Espólio Alexandre Beldi Netto (i)	10.376	10.376
Credibel Participações S.A.	15.105	14.107
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	4.932	7.359
Santana Securitizadora de Créditos S.A.	2.137	2.005
Salix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	26.497	6.305
Credibel Holding Financeira	1.232	1.156
Navbel Navegações Interior Ltda.	2.829	2.600
Mapati Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1.163
Tolvi Participações Ltda.	738	4.897
Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	829	777
Beldi Comercio, Participações e Representação	722	-
Santana Securitizadora de Créditos S.A. (ii)	2.709	2.709
Outros	140	873
Não circulante	68.246	63.684

- (i) No dia 18 de novembro de 2021, a CRTS Const. transferiu para Splice do Brasil o valor de R\$ 33.044, sendo o valor principal de R\$ 13.182 e o valor da atualização R\$ 19.862, conforme Nota Explicativa nº 24, referente ao cumprimento de sentença do processo nº 0008404-02.2021.8.26.0100, do espólio Alexandre Beldi Netto e Heloisa Way Beldi.

- (ii) O montante de R\$ 2.709 refere-se à venda de participação acionária da empresa Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a Splice do Brasil, realizado no dia 12 de julho de 2013 conforme contrato de compra e venda.

b) Débitos com partes relacionadas

	2022	2021
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	88.306	87.422
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	45.921	53.774
Morus Educacional Participações S.A.	15.267	14.456
Villa Empreendimento Imobiliário Ltda.	13.134	12.212
Splice Desenvolvimento Urbano Ltda.	6.872	9.579
Calas Participações	18.468	-
Attalea Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.734	3.845
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	10.965	10.625
Alatus Empreendimentos Ltda.	8.933	3.063
Sorobel Empreendimento Imobiliário Ltda.	755	928
Alder Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.917	3.448
Ficus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.491	3.245
Licurana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.208	2.135
Belgardem Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-
Credibel Distribuição Títulos Valores Mobiliários Ltda.	835	760
Selte	2.120	-
CRTS	1.603	-
Agropecuária Beldi Ltda.	3.513	-
Imbirema Empreendimentos Imobilizarios Ltda.	1.220	737
Beldi Comercio, Participações e Representação	74	-
Outros	744	206
Total	234.131	206.435

c) Outras contas a pagar com partes relacionadas

	2022	2021
BRVias Holding VRD Ltda.	6.290	6.290
Tolvi Participações Ltda.	-	3.849
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	-	2.720
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocaba Ltda.	-	1.494
Morus Educacional Participações S.A.	-	866
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	-	456
Total	6.290	15.675

Em dezembro de 2022 a administração solicitou a transferência do valor R\$ 2.816 para conta de mútuos a pagar das empresas CRTS, Morus e Selte.

Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindo de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente às empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme Nota Explicativa nº 14.b.

d) Dividendos a receber

	2022	2021
BRVias Holding TBR S.A.	772	772
Total	772	772

Resultado

Receitas financeiras (Nota Explicativa nº 20)	2022	2021
Salix Empreendimentos Imobiliarizarios Ltda.	1.100	98
Credibel Participações S.A.	928	595
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda	480	312
AgroPecuária Beldi Ltda.	-	91
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocaba Ltda.	-	13
Calas Participações Ltda.	226	406
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	761	2
Santana Securitizadora de Créditos S.A.	101	11
Navbel - Transportadora Comercial e Exportadora Ltda.	170	110
Mapati Empreendimentos Imobiliários Ltda.	19	49
Credibel Holding S.A.	76	49
Tolvi Participações Ltda.	289	123
Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51	33
Outros	171	98
Total	4.372	1.990

Despesas financeiras (Nota Explicativa nº 20)

Splíce Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	3.962	2.776
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	9.089	8.038
Salix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	10
Noroestecom Telecomunicações S.A.	-	296
Licurana Empreendimentos Imobiliários Ltda	171	67
Villa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	804	514
Morus Educacional Participações Ltda.	915	1.507
Splíce Desenvolvimento Urbano Ltda.	535	450
Sorobel Empreendimentos Imobiliários Ltda.	56	39
Attaleia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	272	153
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	17	-
Alder Empreendimentos Imobiliários Ltda.	234	139
Calas Participações S.A.	410	-
Credibel Análises Econômicas e Investimentos Ltda.	51	32
Ficus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	213	135
Agropecuária Beldi Ltda.	118	-
Allatus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	532	161
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	577	475
Outros	80	39
Total	18.036	14.831

Os valores que compõem os saldos ativos e passivos da Companhia referem-se a operações de mútuo, utilizados basicamente para a manutenção de capital de giro, e estão suportados por contratos de conta corrente entre partes relacionadas.

Os contratos de mútuos tanto a receber quanto a pagar são indexados ao CDI, com vencimento indeterminado e expectativa de liquidação é de longo prazo.

Debêntures

Conforme menção na Nota Explicativa nº 15, a Companhia apresenta transação de emissão de debêntures simples no montante de R\$ 29.598 em 2022 (R\$ 42.155 em 2021) junto com a companhia BR Vias Holding VRD, as quais serão distribuídas de forma privada.

11. Investimentos

Os investimentos são compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Investimentos em controladas	196.131	183.482
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto (reapresentado)	110.844	139.031
Total	306.975	322.513
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	10.897	5.440
Total	317.871	327.953

a) **Movimentação dos investimentos em controladas e coligadas**

A movimentação dos investimentos ocorreu da seguinte forma:

	(%) Participação	2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Evento societário (Nota Explicativa nº 1)	2022
Controladas						
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	99,99%	32.073	(143)	-	-	31.930
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	25.418	(8.834)	-	-	16.584
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	119.227	(8.228)	-	30.000	140.999
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	6.624	(125)	-	-	6.499
Splice Holding Indústria Ltda.	90,00%	18	-	-	-	18
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	99,99%	123	(22)	-	-	101
Total		183.483	(17.352)	-	30.000	196.131
Coligadas e controladas em conjunto						
BR Vias Holding VRD S.A. (reapresentado)	49,90%	101.445	(27.383)	-	-	74.062
BRVias S.A.	50,00%	43	-	-	-	43
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	23,45%	19.575	(1.275)	(79)	(307)	17.914
Ágio - Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.	-	17.898	-	-	-	17.898
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota Explicativa nº 1)	1,5360%	-	117	-	810	927
Barbará Obras e Edificações Ltda.(i)	50,00%	69	-	-	(69)	-
Total		139.030	(28.541)	(79)	434	110.844
Total		322.513	(45.893)	(79)	30.434	306.975

- (i) No dia 05 de maio de 2021 foi registrado sob nº 0328113/21-9 o instrumento particular de distrato social, os sócios aprovam a dissolução da sociedade e posterior extinção. Conforme relatório de liquidação à partilha de ativos a Splice do Brasil conforme sua participação no dia 28 de junho de 2022 recebe da empresa Barbara o valor de R\$ 69.

A movimentação dos investimentos ocorreu da seguinte forma:

	(%) Participação	2020	Equivalência patrimonial	2021
Controladas				
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	99,99%	35.153	(3.080)	32.073
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	27.751	(2.333)	25.418
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	122.742	(3.515)	119.227
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	6.668	(44)	6.624
Splice Holding Indústria Ltda.	90,00%	18	-	18
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	99,99%	649	(526)	123
Total		192.981	(9.498)	183.483
Coligadas e controladas em conjunto				
BR Vias Holding VRD S.A. (reapresentação)	49,90%	123.708	(22.263)	101.445
BRVias S.A.	50,00%	43	-	43
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	23,45%	22.360	(2.785)	19.575
Ágio - Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.	-	17.898	-	17.898
Barbará Obras e Edificações Ltda.	50,00%	69	-	69
Total		164.078	(35.970)	139.030
Total		357.059	(45.468)	322.513

b) Informações patrimoniais e financeiras

A participação societária do exercício 2020 teve alteração na empresa Albizia Empreendimento conforme nota societária nº 1, as demais empresas não sofreram alterações segue quadro abaixo:

Participações em controladas e controladas em conjunto (método de equivalência patrimonial)

% de participação no capital	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
CRTS Construtora Redes Telefônicas				
Sorocabana Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Splice Holding S/A	90,00%	-	90,00%	-
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	-	51,18%	-
Morus Educacional Participações S.A.	-	9,33%	-	9,33%
Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.(i) (ii)	23,45%	-	23,45%	-
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda	1,5360%	-	-	-
BR Vias Holding VRD S.A.	49,90%	-	49,90%	-
BR Vias S.A.	50,00%	-	50,00%	-
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	-	49,90%	-	49,90%

Participações em investidas (método equivalência patrimonial)

% de participação no capital	2022	2021
Barbara Obras e Edificações Ltda.	-	50,00%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as informações patrimoniais e financeiras das controladas estão apresentadas como segue:

Controladas	2022			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	32.787	802	31.985	(100)
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	35.489	10.782	24.707	(8.834)
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	225.383	54.877	170.506	(8.228)
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.092	137	13.955	(245)
Splice Holding Industria Ltda.	18	-	18	-
CRTS Construtora de Redes Telefônicas				
Sorocabana Ltda.	1.610	8	1.601	(22)

Controladas	2021			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	32.957	872	32.085	(3.070)
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	37.443	9.219	28.224	(2.332)
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	197.887	49.152	148.734	(3.516)
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.074	3	14.071	(86)
Splice Holding Industria Ltda.	18	-	18	-
CRTS Construtora de Redes Telefônicas				
Sorocabana Ltda.	2.142	-	2.142	(526)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as informações patrimoniais e financeiras das coligadas estão apresentadas como segue:

Coligadas	2022			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	199.040	92.175	106.865	(5.435)
BR Vias Holding VRD S.A.	1.434.347	1.285.926	148.421	(54.876)
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda	71.021	30.614	40.407	10.356

Coligadas	2021			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	217.241	103.524	113.717	(11.872)
BR Vias Holding VRD S.A. (reapresentado)	1.332.593	1.129.296	203.296	(44.616)

c) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Recursos recebidos de seus acionistas que formalizam de modo irrevogável, a plena e geral quitação dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinar-se-ão a aumento de capital social.

Devido ao processo de espólio, a Companhia não efetuou as capitalizações dos AFACs, mas aguarda a regularização e consequente autorização para formalizar o aumento de capital.

A composição dos adiantamentos para futuro aumento de capital está apresentada como segue:

	2022	2021
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	8.135	2.801
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.258	1.143
CRTS Construtora de Redes Telefônicas	1.504	1.496
Total	10.897	5.440

A movimentação de adiantamento para futuro aumento de capital está demonstrada a seguir:

	2021	Adições AFAC	2022
CRTS Construtora de Redes Telefônicas	1.496	8	1.504
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	2.801	5.334	8.135
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.143	115	1.258
Total	5.440	5.457	10.897

	2020	Adições AFAC	2021
CRTS Construtora de Redes Telefônicas.	-	1.496	1.496
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	1.600	1.201	2.801
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.044	99	1.143
Total	2.644	2.796	5.440

d) Movimentação do ágio

Em 2022 e 2021, não houve movimentação da amortização, sendo o montante apresentado de R\$ 17.898

e) Perdas pela não recuperação do ágio (*impairment*)

A administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2022 e 2021

12. Intangível

Movimentação do ativo intangível

Custo	2021	Amortização	2022
Direito de concessão (a)	8.917	(473)	8.444
Software	2	-	2
Total	8.919	(473)	8.446

Custo	2020	Amortização	2021
Direito de concessão (a)	9.388	(471)	8.917
Software	2	-	2
Total	9.390	(471)	8.919

(a) Trata-se de direito de concessão relativa à participação na companhia BRVias VRD de 2010, que vem sendo amortizado pelo prazo de vida útil definida de 30 anos.

13. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado.

a) Composição

	2022	2021
Empréstimo - capital de giro	168.677	119.995
Total	168.677	119.995
Circulante	29.272	38.145
Não circulante	139.405	81.850

b) Informações sobre os contratos de empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Indexador	Taxa de juros anual (%)	Vencimento	Valor original	Saldo 2022	Saldo 2021	
Banco ABC	Capital de giro	CDI	5,02%	10/09/2024	20.000	8.347	8.349	
Banco ABC	Capital de giro	CDI	4,78%	10/09/2024	6.530	3.815	3.816	
Banco ABC	Capital de giro	CDI	4,70%	10/09/2024	9.286	6.201	6.203	
Banco ABC	Capital de giro	CDI	5,60%	31/08/2026	8.800	8.814	8.903	
Banco ABC	Capital de giro	CDI	5,60%	28/01/2028	5.000	5.008	-	
Banco ABC	Limite	Capital de giro	CDI	1,7%	21/04/2023	300	300	-
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4,20%	29/06/2022	15.000	6.232	9.015	
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4,20%	29/06/2022	1.667	555	1.126	
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4,20%	27/06/2022	5.000	1.104	2.765	
Banco Bradesco	Capital de giro	CDI	3,81%	13/03/2023	7.640	2.642	5.202	
Banco Santander	Capital de giro	CDI	3,50%	11/10/2022	5.790	-	3.587	
Banco Santander	Capital de giro	CDI	3,85%	07/12/2022	22.875	-	17.668	
Banco Santander	Capital de giro	CDI	4,95%	22/02/2028	26.000	26.515	-	
Banco Santander	Capital de giro	CDI	4,95%	22/02/2028	12.041	12.280	-	
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,35%	25/03/2024	20.000	18.616	18.730	
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,35%	25/03/2024	9.750	9.140	9.191	
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,85%	15/11/2023	6.500	5.431	5.425	
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,60%	16/01/2022	2.250	1.719	1.717	
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	4,10%	12/12/2027	2.100	2.120	-	
QI Soc. Crédito	Capital de giro	CDI	5,50%	02/10/2023	2.500	837	1.686	
QI Soc. Crédito	Capital de giro	CDI	6,20%	08/02/2025	5.000	3.764	-	
QI Soc. Crédito	Capital de giro	CDI	6,20%	08/02/2025	5.000	3.764	-	
Banco Daycoval	Capital de giro	CDI	4,25%	30/09/2023	10.000	-	1.679	
Banco Safra	Capital de giro	CDI	5,79%	22/03/2023	2.860	179	896	
Banco Safra	Capital de giro	CDI	4,49%	22/03/2023	2.440	153	765	
Banco Safra	Capital de giro	CDI	5,60%	28/01/2028	5.000	4.735	-	
Banco HSBC	Capital de giro	-	6%	20/10/2024	20.892	21.119	-	
Banco HSBC	Capital de giro	-	5,19%	31/10/2024	5.313	5.226	-	
Banco Luso	Capital de giro	CDI	-	15/05/2025	4.078	2.840	4.011	
Banco Luso	Capital de giro	CDI	-	08/06/2026	6.417	4.549	5.834	
Banco Luso	Capital de giro	CDI	-	08/06/2026	3.769	2.671	3.427	
Total						168.677	119.995	

As condições de pagamento dos empréstimos de capital de giro são: carência de 6 a 12 meses, principal mais juros mensais, trimestrais e semestrais; e principal semestral com juros mensais.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes garantias:

- As pessoas físicas sócios acionistas são intervenientes da empresa Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda e Newton Paiva Ferreira Ltda. e seus respectivos cônjuges;
- Alienação fiduciária de imóveis Alça/Ingleses com a matrícula nº 159007 e 64345 e Panorâmico com a matrícula nº 95289;
- A empresa Splice Empreendimentos Imobiliários Ltda. é garantidor com alienação fiduciária de imóvel Vila dos ingleses com a matrícula no 73887 e lote da Avenida Ipanema com a matrícula no 164428;
- A companhia Calas Participações S.A. é garantidor com a alienação fiduciária de imóvel Alpargatas com a matrícula nº 125025;
- A empresa Splice Empreendimentos Imobiliários Ltda. é garantidor com a alienação fiduciária do imóvel Brasilândia com a matrícula nº 101554 e empresa Albizia Empreendimentos com a matrícula nº 46638; e

- A empresa Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda. é o 3º garantidor com alienação fiduciária de imóvel Cardieri com a matrícula 74436 e registrada no 2º cartório oficial de registro de imóveis Sorocaba conforme instrumentos apartados.

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

A Companhia monitora permanentemente o cumprimento de índices previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Citamos a seguir algumas destas cláusulas restritivas:

- Sofrer protesto cambiário, requerer recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrar a atividade;
- Sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações no contrato assumidas;
- Diretamente ou através de mandatários deixar de prestar informações que, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- Desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia;
- Não reforçar ou substituir a garantia, quando avaliado e comprovado pelo banco, a perda ou redução do seu valor, no prazo indicado na comunicação que for feita pelo banco; cumprindo também todos os registros e formalizações necessárias das garantias firmadas;
- Se durante a vigência for transferido o controle de nosso capital e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes/administradores, mudança ou alteração do objeto social da empresa ou equivalentes, de forma a alterar as atuais atividades principais;
- Se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Emitente pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária, exceto dentro do mesmo Grupo Econômico;
- Modificação ou alteração quanto às normas que regem a avença, ou que com ela relacionadas direta ou indiretamente; demissão, exclusão ou eliminação do associado do quadro social da cooperativa;
- Respeitar a legislação que dispõe sobre o combate à corrupção (especialmente a Lei nº 12.846/13), a legislação trabalhista, ambiental e Socioambiental em vigor no Brasil, declarando que: **(i)** não foram condenados definitivamente na esfera judicial ou administrativa por: **(a)** práticas listadas no artigo 5º da Lei nº 12.846/13; **(b)** questões trabalhistas envolvendo a saúde, segurança ocupacional, trabalho em condição análoga a de escravo, trabalho infantil e assédio moral ou sexual; **(c)** discriminação de raça ou gênero; ou **(d)** crime contra o meio ambiente; e **(ii)** suas atividades e propriedades estão em conformidade com a legislação ambiental brasileira;
- Na ocorrência de qualquer caso que enseje o vencimento antecipado de qualquer obrigação da empresa (controladoras, controladas, subsidiárias e Companhias sob controle comum, se for declarada vencida antecipadamente, qualquer obrigação assumida com o banco ou quaisquer terceiros;
- Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava cumprindo todos os índices (*covenants*) previstos em contrato.

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo final 31/12/2021	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros	Saldo final 2022
ABC Brasil	8.349	-	1.435	-	(1.437)	8.347
ABC Brasil	3.816	-	653	-	(654)	3.815
ABC Brasil	6.203	-	1.067	-	(1.069)	6.201
ABC Brasil	8.903	-	1.527	-	(1.616)	8.814
ABC Brasil	-	5.000	776	-	(768)	5.008
Banco ABC Limite	-	300	-	-	-	300
Banco BCG	9.015	-	1.322	(2.776)	(1.329)	6.232
Banco BCG	1.126	-	152	(571)	(152)	555
Banco BCG	2.765	-	352	(1.657)	(356)	1.104
Bradesco	-	-	-	-	-	-
Bradesco	5.202	-	580	(2.547)	(593)	2.642
Banco do Brasil	18.730	-	2.948	-	(3.062)	18.616
Banco do Brasil	9.191	-	1.447	-	(1.498)	9.140
Banco do Brasil	5.425	-	857	-	(851)	5.431
Banco do Brasil	1.717	-	271	-	(269)	1.719
Banco do Brasil	-	2.100	315	-	(295)	2.120
QI Soc. Crédito	1.686	-	186	(833)	(202)	837
QI Soc. Crédito	-	5.000	687	(1.250)	(672)	3.765
QI Soc. Crédito	-	5.000	686	(1.250)	(672)	3.764
Banco Daycoval	1.679	-	55	(1.666)	(68)	-
Banco HSBC exterior	-	20.892	227	-	-	21.119
Banco HSBC exterior	-	5.313	(87)	-	-	5.226
Banco Safra	-	5.450	579	(727)	(567)	4.735
Banco Safra	896	-	97	(715)	(98)	180
Banco Safra	765	-	83	(610)	(85)	153
Banco Santander	-	26.000	3.848	-	(3.333)	26.515
Banco Santander	-	12.041	1.782	-	(1.544)	12.279
Banco Santander	3.587	-	73	(3.580)	(80)	-
Banco Santander	17.668	-	359	(17.630)	(397)	-
Banco Luso	4.011	-	600	(1.166)	(605)	2.840
Banco Luso	5.834	-	954	(1.283)	(957)	4.548
Banco Luso	3.427	-	545	(744)	(557)	2.671
Total	119.995	87.097	24.376	(39.005)	(23.786)	168.677

	Saldo final 31/12/2020	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros	Saldo final 2021
ABC Brasil	11.113	-	866	(3.630)	-	8.349
ABC Brasil	5.080	-	395	(1.659)	-	3.816
ABC Brasil	8.256	-	644	(2.697)	-	6.203
ABC Brasil	-	8.800	359	(256)	-	8.903
Banco BCG	11.434	-	1.005	(2.537)	(887)	9.015
Banco BCG	1.429	-	125	(304)	(124)	1.126
Banco BCG	3.726	-	308	(955)	(314)	2.765
Bradesco	5.516	-	148	(5.500)	(164)	-
Bradesco	7.734	-	499	(2.547)	(484)	5.202
Banco do Brasil	20.876	-	1.640	(2.093)	(1.693)	18.730
Banco do Brasil	10.176	-	722	(938)	(769)	9.191
Banco do Brasil	6.534	-	488	(1.083)	(514)	5.425
Banco do Brasil	2.250	-	158	(536)	(155)	1.717
QI Soc. Crédito	2.515	-	189	(833)	(185)	1.686
Banco Daycoval	5.017	-	261	(3.333)	(266)	1.679
Banco Safra	284	-	8	(284)	(8)	-
Banco Safra	241	-	7	(241)	(7)	-
Banco Safra	668	-	31	(670)	(29)	-
Banco Safra	1.611	-	112	(715)	(112)	896
Banco Safra	1.374	-	96	(610)	(95)	765
Banco Santander	5.370	-	375	(1.728)	(430)	3.587
Banco Santander	22.925	-	1.836	(5.242)	(1.851)	17.668
Banco Luso	-	4.078	300	(97)	(270)	4.011
Banco Luso	-	6.417	437	(642)	(378)	5.834
Banco Luso	-	3.770	256	(377)	(222)	3.427
Total	134.129	23.065	11.265	(39.507)	(8.957)	119.995

e) **Linha de vencimento dos empréstimos e financiamentos**

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante está demonstrado como segue:

	2022	2021
2023	-	37.777
2024	47.069	27.300
2025	31.563	9.685
2026	29.225	7.088
2027 e 2028	31.548	-
Total	139.405	81.850

14. Obrigações tributárias

	2022	2021
PIS e Cofins	73	42
ISS	10	7
Contribuições	60	46
Outros	19	14
Total	162	109

15. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado.

Data da liberação	Série	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Valor original	2022	2021
31/08/2018	Única	31/08/2022	103% CDI	36.235	4.353	30.493
31/07/2019	Única	31/08/2022	103% CDI	8.300	10.327	9.157
31/12/2021	Única	31/08/2022	103% CDI	2.500	2.826	2.505
31/12/2022	Única	2036	103% CDI	19.082	12.092	-
Total					29.598	42.155
Não Circulante					29.598	42.155

(i) Características da emissão

Em 28 de dezembro de 2022 conforme ata, a companhia transferiu as debêntures a qual detém da companhia BRVias Holding VRD, o valor de R\$30.000 para empresa Splice Industria. A transferência foi feita da 2ª. Emissão boletim 002,004 e 006, conforme Nota Explicativa nº 1 evento societário 2022.

Em 23 de dezembro de 2021, foi firmado a escrituração particular da 2ª (segunda) emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 2.500;

No dia 14 de julho e no 04 de agosto de 2021, a Companhia Splice do Brasil decide vender a 2ª. Emissão de debêntures simples para empresa Andira Empreendimentos imobiliários Ltda., conforme boletim de subscrição 002 no valor de R\$ 7.500 e boletim de subscrição 004 no valor de R\$ 17.259, conforme contrato de venda.

Em 15 de julho de 2019, foi firmado a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 16.600.

Em 31 de agosto de 2018, foi firmado a escritura particular da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 110.000.

(ii) Remuneração das Debêntures

A partir da primeira data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% (cento e três inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

(iii) Movimentação

Saldo inicial em 2021	42.155
Transferência / cisão	(30.000)
Recebimento	(10.000)
Adição	20.550
Juros sobre debêntures	6.893
Saldo final em 2022	29.598

Saldo inicial em 2021	62.273
Baixa	(24.759)
Adição	2.500
Juros sobre debêntures	2.141
Saldo final em 2021	42.155

(iv) Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.

(v) Cláusulas restritivas

- a) Não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento, do valor principal, da remuneração;
- b) Redução, alienação ou oneração da participação acionária da Emissora na ViaRondon;
- c) Descumprimento, pela Emissora ou por suas acionistas, conforme o caso, de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, desde que o inadimplemento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias;
- d) Descumprimento, pela Emissora ou por suas controladoras, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual; e
- e) Comunicar imediatamente aos Debenturistas, por meio de notificação, observado o disposto nesta Escritura, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, prerrogativas, privilégios e garantias, vinculados a todo e qualquer ativo de sua titularidade ou que possam, direta ou indiretamente, comprometer os interesses dos Debenturistas nos termos desta Escritura. Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para exercício findo em dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumprindo com os *covenants* contratuais.

16. Provisão para perdas judiciais

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita aos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração apoiada a opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes.

	2022	
	Provisão para processos	Depósitos judiciais
Tributários	22	(1.655)
Trabalhistas	94	(3.518)
Cíveis e outros	181	-
Total	297	(5.173)

	2021	
	Provisão para processos	Depósitos judiciais
Tributários	22	(1.656)
Trabalhistas	94	(3.519)
Cíveis e outros	181	-
Total	297	(5.175)

Movimentação de provisão para perdas judiciais e depósitos judiciais

	2021	Adições	Baixas	2022
	Saldo final			Saldo final
Provisão para perdas judiciais	297	-	-	297
Depósitos judiciais	(5.175)	-	2	(5.173)
Total	(4.878)	-	2	(4.876)

	2020	Adições	Baixas	2021
	Saldo final			Saldo final
Provisão para perdas judiciais	297	-	-	297
Depósitos judiciais	(5.107)	(80)	12	(5.175)
Total	(4.810)	(80)	12	(4.878)

Perdas possíveis

- Existem processos estimados com perdas possíveis no montante de R\$ 21.483 (R\$ 20.233 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais processos jurídicos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados a seguir;
- Execução fiscal:** Fust e Funtel Anatel. Valor envolvido R\$ 1.708; e
- Tributário/Adm.:** Crédito de ICMS sobre importação. Valor envolvido R\$ 19.187.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 230.769 representado pelo total de 158.550.418 ações sem valor nominal, sendo 128.059.767 ordinárias e 30.490.651 preferenciais.

Acionista	Participação	2022 e 2021	
		Nº por lote mil ações	Valor nominal total - R\$
Santana Participações Ltda.	64,2827%	101.920	101.920
Tolvi Participações S.A.	19,2309%	30.491	30.491
Espólio de Alexandre Beldi Neto	8,4083%	13.331	13.331
Antônio Roberto Beldi	2,7884%	4.421	4.421
Marco Antônio Beldi	2,7884%	4.421	4.421
Antônio Fábio Beldi	2,5014%	3.966	3.966
Total		158.550	158.550

b) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Recursos recebidos dos acionistas que formalizam de modo irrevogável, a plena e geral quitação dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinar-se-ão a aumento de capital social, quando informado pela Companhia. Conforme contrato firmado com os acionistas o AFAC é no montante de R\$ 12.076 representado por 12.076.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Devido ao processo de espólio, a Companhia não efetuou as capitalizações dos AFACs, mas aguarda a regularização e consequente autorização para formalizar o aumento de capital.

	2022	2021
Santana Participações Ltda.	1.338	1.338
Alexandre Beldi Netto	5.476	5.476
Antonio Roberto Beldi	1.825	1.825
Marco Antonio Beldi	1.825	1.825
Antonio Fabio Beldi	1.612	1.612
Total	12.076	12.076

c) Reserva de Capital

A reserva constituída em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 3.336, refere-se ao ganho de capital da empresa Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda. conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 e o montante de R\$ 16.253 refere-se ao ganho de capital da controlada BRVias TBR e VRD. Essas reservas constituem-se de saldos em espécie que não podem ser distribuídos aos investidores na forma de lucros ou dividendos, devendo ser incorporados ao capital social ou compensados com lucros acumulados, quando não houver mais saldo de reserva de lucros disponível para esse fim. Não representam receitas ou ganhos e não transitam pelo resultado como receitas.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Os saldos de dividendos a pagar no montante de R\$ 6.921 são referentes a anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não distribuiu dividendos por conta dos saldos de prejuízos acumulados, conforme deliberado em lei aplicável e do estatuto social.

e) Reserva de incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais é constituída de acordo com o estabelecido pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, alterada pela Lei nº 12.868 de 2013, disciplinada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil sob o número 1394 de 12 de setembro de 2013, em que essa reserva recebe a parcela de incentivos fiscais que recairá sobre a receita auferida das atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica. Reconhecidos no resultado do exercício como receita de subvenção e ela é destinado a partir da conta de lucros acumulados, onde os valores destinados ao incentivo não entrarão na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme ata de reunião no dia 29 de setembro de 2022 a empresa Newton Paiva utilizou os incentivos fiscais no montante de 58.000 para aumento de capital, assim a companhia Splice do Brasil realizou a transferência no valor de R\$ 16.383 para conta de lucros acumulados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 219 (R\$ 16.602 em 2021).

18. Despesas administrativas

	2022	2021
Impostos e contribuições	(742)	(1.209)
Acordos e indenizações trabalhistas	(369)	(132)
Serviços prestados por terceiros	(2.884)	(2.313)
Despesas com pessoal	(2.060)	(1.961)
Conservação, peças, bens e instalações	(178)	(137)
Despesas de escritórios e informática	(283)	(288)
Despesas legais	(77)	(33)
Pedágios	(91)	(67)
Depreciação	(43)	(62)
Veículos	(712)	(608)
Viagens	(41)	(21)
Comunicação	(16)	(14)
Refeições e lanches	(28)	(2)
Outras	(347)	(366)
Total	(7.871)	(7.213)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Amortização concessão BRVias VRD	(471)	(473)
Crédito de imposto prescrito (Nota Explicativa nº 9)	(5.070)	-
Ganho investimento	537	-
Receita aluguel	46	106
Recuperações impostos	293	-
Resultado alienação do imobilizado	-	8
Outras	406	84
Total	(4.259)	(670)

20. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras:		
Variação monetária com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	(18.036)	(14.831)
Variação monetária e cambial passivas	(18.072)	(5.448)
Juros passivos	(7.184)	(5.723)
IOF	(1.429)	(623)
Despesas bancárias	(2.040)	(1.241)
Outras despesas financeiras	-	(5)
Total	(46.761)	(27.871)
Receitas financeiras:		
Variação monetária com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	4.372	1.990
Variação monetária e cambial ativa	1.404	647
Atualização processo espólio ABN Tolvi (i)	-	19.862
Rendimento de aplicação financeiras	215	385
Juros ativos	6.893	2.143
Descontos obtidos	2	2
Total	12.886	25.029
Resultado financeiro	(33.875)	(2.842)

- (i) Atualização referente ao processo nº 0008404-02.2021.8.26.0100, cumprimento da sentença do Espólio Alexandre Beldi Netto e Heloisa Way Beldi, conforme Nota Explicativa nº 10b.

21. Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de valores imobiliários.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	579	134
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	221	654
Debêntures (Nota Explicativa nº 15)	29.598	42.155
Créditos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	68.246	63.684
Outros ativos (Nota Explicativa nº 9)	276	369
Total	98.920	106.996

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	168.677	119.995
Fornecedores	824	482
Débitos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	234.131	206.435
Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	6.290	15.675
Total	409.922	234.587

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação do risco, incluindo seguro quando eficaz.

v) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Diretoria. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital próprio.

vi) Valor justo

Valor justo x valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	579	579	134	134
Aplicações financeiras	221	221	654	654
Debêntures	29.598	29.598	42.155	42.155
Créditos com partes relacionadas	68.246	68.246	60.975	60.975
Outros ativos	276	276	3.078	3.078
Total	98.920	98.920	106.996	106.996
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	168.677	168.677	119.995	119.995
Débitos com partes relacionadas	234.131	234.131	206.435	206.435
Outras contas a pagar	6.290	6.290	15.675	15.675
Fornecedores	824	824	484	484
Total	409.922	409.922	234.589	234.589

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil; e
- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a Administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas a flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis.

Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	221	2,13%	5
25% de apreciação da taxa	221	1,07%	2
Cenário atual	221	-	-
25% de desvalorização da taxa	221	(1,07%)	(2)
50% de desvalorização da taxa	221	(2,13)	(5)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	654	2,19%	14
25% de apreciação da taxa	654	1,10%	7
Cenário atual	654	-	-
25% de desvalorização da taxa	654	(1,10%)	(7)
50% de desvalorização da taxa	654	(2,19%)	(14)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos - CDI		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	168.677	2,13%	3.601
25% de apreciação da taxa	168.677	1,07%	1.801
Cenário atual	168.677	-	-
25% de desvalorização da taxa	168.677	(1,07%)	(1.801)
50% de desvalorização da taxa	168.677	(2,13)	(3.601)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos – CDI		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	119.995	2,19%	2.628
25% de apreciação da taxa	119.995	1,10%	1.320
Cenário atual	119.995	-	-
25% de desvalorização da taxa	119.995	(1,10%)	(1.320)
50% de desvalorização da taxa	119.995	(2,19%)	(2.628)

Cenário da exposição	Debêntures – CDI		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	29.598	2,13%	632
25% de apreciação da taxa	29.598	1,07%	316
Cenário atual	29.598	-	-
25% de desvalorização da taxa	29.598	(1,07%)	(316)
50% de desvalorização da taxa	29.598	(2,13)	(632)

Cenário da exposição	Debêntures - CDI		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	42.155	2,19%	923
25% de apreciação da taxa	42.155	1,10%	464
Cenário atual	42.155	-	-
25% de desvalorização da taxa	42.155	(1,10%)	(464)
50% de desvalorização da taxa	42.155	(2,19%)	(923)

vii) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

	2022			2021		
	Valor justo por meio de resultado	Mesurados por custo amortizado	Saldos	Valor justo por meio de resultado	Mesurados por custo amortizado	Saldos
Caixa e equivalentes de caixa	579	-	-	134	-	-
Aplicações financeiras	221	-	-	654	-	-
Debêntures	-	29.598	-	-	42.155	-
Créditos com partes relacionadas	-	68.246	-	-	63.684	-
Outros ativos	-	276	-	-	369	-
Total do ativos financeiros	800	98.120	-	788	106.208	-
Fornecedores	-	-	824	-	-	484
Mútuos a pagar	-	-	234.131	-	-	206.435
Outras contas a pagar	-	-	6.290	-	-	15.675
Empréstimos e financiamentos	-	-	168.677	-	-	119.995
Total dos passivos financeiros	-	-	409.922	-	-	234.589

viii) Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	579	-	-	134	-	-
Aplicações financeiras	221	-	-	654	-	-
Total dos ativos financeiros	800	-	-	788	-	-

22. Imposto de renda e contribuição social diferido

a) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

	Controladora	
	2022	2021
Base		
Prejuízo fiscal acumulado	128.250	98.701
Total da base	128.250	98.701
(-) Compensação prejuízo fiscal	(2.813)	-
(+) Prejuízo fiscal exercício	-	12.344
Ativo fiscais diferidos	34%	34%
Prejuízo fiscal acumulado	42.648	37.755
Provisão para realização dos impostos diferidos	(42.648)	(37.755)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-

Os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias uma vez que, a mesma não possui expectativa de lucros tributáveis futuros que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

23. Transações que não afetam o caixa e informações adicionais

A seguir apresentamos as transações monetárias sem efeito caixa as quais não foram apresentadas na demonstração de fluxo de caixa:

	2022	2021
Outros ativos JSCP	-	2.125
Investimentos	30.000	-
Debêntures	(30.000)	-
Débitos com partes relacionadas	-	(2.125)
Impostos a recuperar	3.245	-
Obrigações tributárias	(3.245)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	-	-

24. Reapresentação dos valores correspondentes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2021 em função da revisão política contábil referente a capitalização dos custos de empréstimos de exercícios anteriores na companhia BRVias Holding VRD, esses ajustes afetaram a equivalência na companhia Splice do Brasil, que serão apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de divergência e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e referem-se a uma avaliação mais aprofundada das normas contábeis – em linha com as exigências previstas Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de divergência e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e referem-se a uma avaliação mais aprofundada das normas contábeis.

A administração da Companhia entendeu que tal alteração de prática contábil irá produzir demonstrações contábeis mais fidedignas e com informações mais relevantes aos seus usuários. Isso porque essa forma de contabilização melhor respeita a essência econômica da concessão e do respectivo financiamento correspondente para os investimentos necessários.

Os resultados e os impactos dessa alteração de política contábil para o exercício corrente e passados, em linha com as exigências do CPC 23, são apresentados a seguir

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo não circulante						
Investimentos (reapresentado)	270.220	57.735	327.955	312.892	46.813	359.705

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Patrimônio líquido						
Capital social	230.769		230.769	230.769		230.769
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.076		12.076	12.076		12.076
Reserva de capital	19.589		19.589	19.589		19.589
Reserva de incentivos fiscais	16.602		16.602	16.335		16.335
Prejuízos acumulados (reapresentado)	(218.438)	57.735	(160.703)	(160.148)	46.813	(113.335)
Total do patrimônio líquido	60.598	57.735	118.333	118.621	46.813	165.434

	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	(7.213)	-	(7.213)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(275)	-	(275)
Resultado da equivalência patrimonial (reapresentado)	(45.468)	10.922	(34.546)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(52.956)	10.922	(42.034)
Despesas financeiras	(27.871)		(27.871)
Receitas financeiras	25.030	-	25.030
Resultado financeiro	(2.841)	-	(2.841)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(2.226)	-	(2.226)
Prejuízo do exercício	(58.023)	10.922	(47.101)

* * *